

COMENTÁRIO AO DOCUMENTO

MEDIDAS DE APOIO ESPECÍFICAS PARA O SECTOR DO LEITE NO QUADRO DO HEALTH CHECK DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

(APRESENTADO PELO GPP NA COMISSÃO CONSULTIVA SECTORIAL DE 2009.04.03)

Na sequência da reunião da reunião da Comissão Consultiva Sectorial do passado dia 3 de Abril e da análise detalhada do documento intitulado “MEDIDAS DE APOIO ESPECÍFICAS PARA O SECTOR DO LEITE NO QUADRO DO HEALTH CHECK DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM”, somos a apresentar os seguintes comentários

Em relação às propostas apresentadas:

Saudamos a equiparação da fileira do leite a sector estratégico no que, em nossa opinião, não é mais do que a correcção de um erro grave cometido no processo de elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR). No entanto, gostaríamos de conhecer em detalhe os limites de aplicação das decisões comunitárias para o sector do leite adoptadas no quadro do exercício do Health Check da PAC, nomeadamente no que se refere ao valor máximo da percentagem de apoios.

Recordamos que esses apoios foram aprovados considerando o impacto do desmantelamento de diversos instrumentos da Organização Comum do Mercado sobre o sector, com óbvio destaque para a destruição do sistema de quotas leiteiras, pelo que não fará sentido tentar gerir equilíbrios multi-sectoriais, quando as respectivas realidades são distintas e quando o impacto das medidas de política adoptadas por Bruxelas são igualmente diferenciados.

Concordamos com a majoração de dez por cento aplicável aos investimentos de índole ambiental realizados nas explorações e com a atribuição de um prémio adicional direccionado para a produção biológica, embora julgamos ser de realçar o aspecto meramente simbólico que esse prémio terá dada a escassa produção e o escasso número de produtores envolvidos com a produção biológica, quer actualmente, quer no quadro temporal deste Plano.

Entendemos não possuir dados suficientes para manifestar ou não o nosso acordo em relação à “abertura de avisos/concursos específicos para apoio ao investimento no sector, com base em critérios de acesso e selecção ajustados às necessidades identificadas”, embora tenhamos fundadas expectativas de que este será o núcleo mais importante dos apoios a conceder ao sector.

Temos as maiores dúvidas quanto ao interesse e ao impacto do apoio à conversão dos produtores das zonas vulneráveis e julgamos, pelo menos na actual conjuntura que atravessa o sector, que as medidas previstas em relação à gestão das quotas leiteiras poderão mesmo ter um efeito contrário ao que se pressupõe ser o respectivo objectivo.

Finalmente, gostaríamos de referir que entendemos ser da máxima utilidade o conhecimento do valor total de dotação deste conjunto de medidas, do período em que as mesmas serão efectivas e da repartição dessa dotação pelas diversas medidas/acções/concursos. Sem essa informação, toda a avaliação restante perde sentido e eficácia.

As áreas não focadas no documento:

De há muito que o diagnóstico básico relativo ao impacto da liberalização do mercado comunitário do leite e lacticínios, havendo um amplo consenso entre as organizações representativas do sector, que o risco maior que a fileira correrá passa pela incapacidade de aprovisionamento do tecido industrial a operar no nosso país, resultado da compressão dos volumes produzidos, consequência de um potencial abandono de um número significativo dos produtores em actividade.

Assim, qualquer plano de apoio ao sector deveria centrar grande parte dos seus esforços no ataque ao problema do abandono e da transição geracional, tal significaria, por exemplo, definir quais as classes de dimensão que em cada região seriam definidas como limiares mínimos de rentabilidade (e congregar nelas parte substancial dos apoios) e apostar na entrada de novos produtores na fileira.

No entanto, porque de uma verdadeira fileira se trata, é necessário também equacionar as questões do escoamento da matéria-prima e as matérias relativas à transformação, à comercialização, à inovação, à promoção, à logística e à gestão.

Finalmente, considerando o formato de funcionamento da fileira, seria de toda a conveniência apoiar a constituição de um modelo interprofissional forte e sustentável, como garantia do futuro e reprodutibilidades da própria fileira.

Algumas sugestões:

Desde logo e tal como atrás referido, os apoios ao sector deveriam ser maximizados até aos limites previstos na sequência dos acordos obtidos no quadro do Health Check, independentemente da equiparação da fileira a sector estratégico

Deveriam também ser considerados apoios para a recria (preferencialmente fora das zonas de maior concentração produtiva) e para o desenvolvimento da genética nacional, considerando que a rentabilidade das explorações em muito depende da amortização do investimento na aquisição de efectivos. Deviam Também ser apoiadas acções que contribuíssem para uma maior racionalização de custos nas explorações (gestão, informática, contabilidade analítica das explorações)

Deviam ser reforçados os prémios às primeiras instalações, mas também às efectivas sucessões à frente das explorações, numa aposta no rejuvenescimento, mas também na profissionalização e na introdução de um adicional de conhecimento no tecido produtivo nacional. Por outro lado, deveriam ser dados incentivos à constituição de outras formas societárias que contribuíssem para um melhor acesso aos meios técnicos e financeiros e para uma mais ampla permanência das explorações viáveis em actividade.

Deviam ser apoiados os custos logísticos com a recolha da matéria-prima em especial nas regiões com piores acessibilidades e nas regiões onde abundam os produtores de menor dimensão, pois, em muitas situações, esse diferencial de custo e de meios direccionados para a recolha são um primeiro passo para o abandono e para a desertificação produtiva em várias zonas do país.

Deviam ser canalizados apoios quer para a presença de novos produtos (com componentes acrescidas de inovação, marketing, qualidade, rastreabilidade) no nosso mercado, quer para a conquista de novos mercados (exportação, internacionalização, delegações comerciais, materiais promocionais multilingues,....)

Deveria ser reforçado do papel da interprofissão, seja pela captação de apoios para o desenvolvimento das valências e actividades do Laboratório Interprofissional, seja pela utilização da ALIP para a realização de acções a favor do sector (estudos sectoriais, inovação pré-competitiva, promoção institucional, desenvolvimento de kits de formação para os profissionais do sector (na área da produção, da indústria ou mesmo do comércio), de kits direccionados para profissionais da área da saúde ou para as escolas, kits 'escolas, representação institucional internacional, ...)

Deveria utilizar-se a Reserva Nacional de Quotas Leiteiras, para alimentar primeiras instalações e para fazer aumentar a dimensão de explorações que precisam ultrapassar o limiar de viabilidade e, em simultâneo, deveria abdicar-se, pelo menos nesta fase conjuntural, do aumento da penalização por subutilização das quotas e restringir até ao limite todos os factores limitantes da transmissão da propriedade dessas mesmas quotas.

Deveriam consignar-se apoios para investimentos relacionados com a recolha, aproveitamento e valorização do soro lácteo, bem como para investimentos conducentes a uma melhor racionalização do tecido industrial, em especial no sub-sector da produção queijeira.

Deveria ser previsto o alargamento para 10 anos do prazo de saneamento da linha de crédito destinada à agricultura e à agro-indústria.

Deviam ser promovidos estudos que consolidassem as motivações do abandono produtivo e que contrastassem os dados apresentados pela Comissão Europeia nos vários documentos sobre o sector

Deviam, finalmente, ser desenvolvidas démarches seja no sentido da competente aplicação da legislação em vigor (por exemplo, ao nível do relacionamento entre fornecedores e industriais), seja da simplificação legislativa com custos técnico-burocráticos de reduzida justificação (por exemplo, o caso do destino dado aos subprodutos de origem animal), seja ao nível de uma sã concorrência no mercado (por exemplo, ao nível do plano de controlo sobre os produtos presentes no nossos espaços comerciais, nacionais ou importados, de marca de distribuidor ou de marca comercial).

Porto, 24 de Abril de 2009

A Direcção da ANIL